

Defato o transporte continuava. No que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foi apreciada a seguinte matéria: Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de lei nº 001193, oriundo da Objeção nº 001193. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para terça-feira, encerrando a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação, foi aprovada, e assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*

Ato da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 09 de fevereiro de mil novecentos e noventa e três (1993).

Às dezesseis horas do dia 09 de fevereiro de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Senador Marcos da Rocha estando e em a ocupação a Primeira Secretária pelo Senador Waldir Chaves de Aquino Neto, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Senadores: Aires Bessa de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barcelo, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Srinidade, Carlos Roberto Pequeno dos Santos, Dirlei Pereira da Silva, Edvaldo Lourenço Neto, Ivan Bessa de Araújo, Joaquim Behrendt, Luiz Antonio de Melo Cabas, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Elias Rodrigues Brito, Nelson Roberto de Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O requer foi lido e aprovado e a seguinte Ato da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 04 de fevereiro de 1993. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Senadores inscritos em livro próprio. Como primeiro orador inscrito, entrou a Tribuna o Senador Antônio Carlos Pereira da Cunha, observando inicialmente que durante algumas reuniões fazia atenta aos discursos, lamentando que muitas palavras proferidas em nada edificassem para o município, a não ser o dolo pessoal, com o que não concordava com o ideal político. Falou a seguir, de alguns nomes e atividades por

alguns Vereadores, falando que tais figuras da vida política em passo não muito distante haviam tido passagens negativas na Administração. Adiante, disse que o Vereador devia assumir suas responsabilidades, pois haviam sido eleitos para legislar e fiscalizar o Executivo, pregando ainda uma total transparência do Legislativo em suas ações. Falou ainda o Vereador do PDT, que a partir de 3º de janeiro de 1993 o legislativo não seria palco de tristes acontecimentos onde de portas fechadas as palestras germinavam não dando nenhum direito ao cidadão comum. Conclamou aos demais Vereadores para que a Câmara inaugurasse uma nova era em suas atividades, um tempo, para que o Município fosse o grande beneficiário através do seu povo. Falou que era oriundo do 3º Distrito de Arimação dos Búzios, cujo povo após tanto sofrimento e abandono por parte de tantas administrações, bradava por sua volta e assim, não entendia como alguns Vereadores defendiam ainda Prefeitos do PFLDB e do PSD, e que não aculava, pois Búzios era o exemplo do abandono, assim também, enfatizou, o povo do 2º Distrito de Tamoyos também sofreu do abandono. Em prosseguimento, disse que antes de qualquer outro sentimento, o Vereador tinha que postular pela coerência e discernimento antes de preferir acusações a outros políticos e assim, mais uma vez conclamava a todos os Vereadores para que o Legislativo se renovasse em idéias e compromissos para o bem estar social e econômica do Município. Disse que mais do que nunca Cabo Frio precisava de mais ação e menos palavras vazias pois eram flagrantemente as injustiças sociais e outras mazelas que podiam ser combatidas. Falou da situação de funcionários da Prefeitura, culpando Governos anteriores e que assim sendo, a responsabilidade das demissões passava para outro Governo, o que considerava uma indignidade e falta de conhecimento dos limites da ética e da moral. Criticou que entendia a efixação dos funcionários, mas eximica o PDT de culpa, pois muitas responsabilidades haviam sido cometidas, e assim cumprira ao bom Vereador dar um basta aos politólogos políticos que ainda existiam em Cabo Frio, e mais, que na Câmara todos eram iguais, não admitindo que Cabo Frio fosse palco de Governos ditadores, como oerrero foi entre de 4 e 6 anos com os seus atos ainda resolvidos de qualquer maneira. Convidou as entidades constituidas para participarem dos trabalhos legislativos e que de uma vez por todas seria restabelecido o respeito do político responsável. Terminou que em Legislativos passadas Vereadores tinham tido em obediência, mas muitos colegas haviam delegado ao obrigação ao compro-

meios assumidos para com a população o que repudiava frontalmente. Disse que todos os  
 seres humanos tinham direitos, indagando qual o Executivo do Município que não hou-  
 vesse inscrito em seu livro市政 que todos usaram e que a prova estava no aban-  
 dano do município, na destruição de sua flora e fauna, não aceitando que tais distri-  
 buções apenas vir imputadas ao PT, por ter vendido áreas verdes no 3º Distrito, a-  
 firmando ter presenciado os absurdos cometidos pelo candidato de PTAS comprometendo  
 toda a vida do espaço de abrangência. Adiante, disse que após o Governo do Estado,  
 o Governo do PTB acabou de disgracejar o que sobrou e assim, não aceitou que  
 nomes de maus políticos fossem ainda exaltados na Câmara Municipal, a face do  
 povo, onde todas as graças tinham guarda e todas as regras são. Concluiu sua fala,  
 lançando apoio à União de todos para que o Governo Municipal realizasse um governo  
 e outro das expectativas do povo estabelecido. A seguir, por ordem de inscrição, ocupou o  
 Embudo e Alucador do PT Altado Lima da Rocha Simão, falando de sua ansiedade  
 em falar e expor suas ideias, embora a ansiedade de tempo para expor suas ideias  
 logo que o levaro ao legislativo de Cabo Frio. Abordou a seguir, o episódio envol-  
 vendo a Companhia Luiza Brundina, e que culminara com sanções impostas pelo pa-  
 rtilha a mesma, fatos que mereceram o destaque em toda a imprensa. Aduziu, comen-  
 tando ainda sobre o ingresso de Luiza Brundina no PT, que o PT tinha um  
 compromisso com a Constituição e não com o Senhor Stamar Franco. Disse ainda  
 que o Presidente Stamar Franco estivesse no mesmo parlamento de Heller, perguntando a  
 entrega das estatísticas, dando como exemplo a venda por preço irrisório da Via Sa-  
 eronal de Alcaide no Município de Araruama de Cabo. Falou também do estelionato  
 do Senhor Stamar Franco ao FMI, inflação com índices assustadores e nunca to-  
 talmente resolvidos, e pior, a recessão que significava o desemprego com seus des-  
 debramentos sociais. Disse que o PT defendia o reformo agrário do Brasil sendo não  
 aceitando que o Senhor deputado Barbosa que servira a ditadura, hoje ocupasse o  
 ministério da Agricultura, em flagrante desrespeito ao povo brasileiro. Ainda sobre  
 política, disse que o PT era oposição porque tinha outra proposta e que naquela oc-  
 ta, o Presidente do PT estava entregando ao Governo Federal um programa emigra-  
 ção contra a fome, que não era um documento do Partido dos Trabalhadores, mas uma  
 contribuição para tentar resolver um problema sério, e que fosse feita não pelo PT,  
 pois o Partido ainda era pequeno, ainda não era o Brasil, mas, quando pelo sociedade  
 civil, sob a responsabilidade também pelo movimento político na política. Disse que  
 no município o PT participara da campanha do Prefeito José Bonifácio, mas, que o

partido não estava em busca de espaço, mas contribuir, e assim seria marcada a audiência com o Executivo para entrega de proposta para um programa mínimo para Povo São, que também não era uma proposta do PT, mas que entendia ser possível a incorporação. Preparou e requir uma posição bem clara do PT em conversar com o Governo, tendo havido uma conversa em torno da reforma Administrativa e também da mensagem dispondo sobre Correção do Orçamento, o que não significava em hipótese alguma adesão incondicional ao Governo, falou o requir que antes do início da sessão fora procurado por um grupo de pessoas da Prefeitura cujo espaço haviam sido suspensos, e não discutiu o mérito da questão, mas, poderia observar que alguns atos estavam marcados pela arbitrariedade. Na gestão da Saúde, disse que naquela data os Postos de Saúde e outras repartições, tiveram modificações no horário dos servidores de apoio relegando o que fora uma conquista da classe trabalhadora, o nível federal remontando à época da ditadura, e no mínimo o PT exigia que o Governo tivesse diálogo com a classe, e não através de Ofícios ou memorandos, no que encerrava sua fala. Seguindo ordem de marcos, ocupou a tribuna o Vereador Gilberto Rodrigues Pinto, do PSDB, comentando inicialmente que embora a participação de ideologias e partidos diversos, todos tinham na Câmara um ideal comum que era o progresso e a preservação do estatuto e sua dignidade no município. Disse que as lideiras e as críticas mais exacerbadas, inclusive com incursões em aspectos íntimos o que não era ético. Disse a função primordial do Vereador era o encontro de soluções para o município e o planejamento e após que descartassem novos rumos em busca da prosperidade como bem comum de toda uma comunidade. Adiante, disse que brevemente estaria apresentando ao Plenário diversas proposições, cujo conteúdo fora extraído no contato pessoal com o povo e seus anseios, esperando a aprovação dos Deputados. Disse que em seu gabinete trabalhava no recesso, para apresentar ao Executivo, por indicações, sugestões técnicas para vários problemas de Povo São, com destaque as comunidades mais pobres. Falando sobre sua formação política, disse que fora ensinado a amar a pátria e ser obediente ao Deus, bem como respeitar as autoridades constituídas, mas não podia deixar de registrar a vulgaridade com que fora tratado por um Secretário do atual Governo logo nos primeiros dias do seu mandato. Disse limites que o imperialismo e a autocracia se alastrassem pelo Executivo, deixara de registrar seu protesto e salutando ao Presidente Marco da Rocha Mendes.

providências junto ao Governo, no sentido de que fosse preservada a autonomia do  
 Vereador. Quanto as obrigações do Executivo limitando nas Comissões Perma-  
 nentes, disse espelar que as mesmas estivessem de acordo com preceitos legais e  
 sendo de interesse do Município soltanto favoravelmente. Disse, em adendo, ser  
 grande dificuldade "a priori", na obrigação dispende sobre reestruturação Adminis-  
 trativa, tendo como fulcro o questionário orçamentário financeiro, pois não vislum-  
 brava no texto a contenção dos gastos Públicos. Prosseguiu, disse estabonar que  
 em Município relativamente pequeno o Executivo viesse propor a criação de mais  
 sete ou oito Secretarias, o que demandaria em mais custos para a Fazenda  
 Municipal e, embora não duvidando da capacidade Administrativa do Senhor  
 Prefeito estava a acreditar que até mesmo um Super Prefeito pudesse coexistir  
 com até tantos organismos sem o custo correspondente. Disse a seguir que  
 inteligentemente o PSD e muito menos outros Partidos de oposição tinham a ma-  
 rra, duvidando até que se pudesse contar com a totalidade de seus Vereadores no  
 Bancado oposicionista. Prosseguiu, disse que o matéria em questão deveria ser  
 revista com responsabilidade pelos Vereadores membros da Comissão de Finanças,  
 Orçamento e Alienação, e assim estariam prestando relevante serviço ao Municí-  
 pio e, principalmente em paz com as consciências, com Deus e com o povo. Sobre  
 a criação do Orçamento, disse que no seu entender era uma afronta a inteligência  
 de qualquer pessoa, primariamente letrada, e enfatizando que no campo político  
 desmoralizava e desvirtualizava o Poder de decisão do Câmara, e, aprovada no  
 texto original, seria o mesmo que entregar o leme do barco do Município ao  
 Executivo. Sendo comentando sobre a criação Orçamentária, disse que o Prefeito  
 dispunha de dois ou três milhões para aplicar sem o controle do Legislativo, de  
 nada valia a Instituição Cameral, e por isto o Vereador não trabalharia, apena  
 recebendo o salário no final de cada mês, e que era um absurdo e pelo que pre-  
 testava. Disse que provavelmente o acordo já fora fechado, com o Bancado Ge-  
 neralista garantindo os votos necessários, mas, lembrou que todos haviam sido  
 eleitos pelo povo para fiscalizar os atos do Governo e por isto a opinião  
 Pública seria o grande Tribunal para julgar tais Vereadores. Disse que pelo  
 que pudera notar em seus contatos com as comunidades, pudera notar que oper-  
 em sua grande maioria já se mostrava arrependido por ter votado em candi-  
 datos que em campanha pugnavam um comportamento, mas eleitos tinham  
 outras posições, outros rumos, durante a eleição. Disse ser exigível aos Ve-

readores do Governo uma consulta as consciências, antes de ouvirem os bozões  
partidários, pois a questão era de grande responsabilidade, e assim respetosamente  
opinava para que o Senhor Prefeito retrahesse a obrigação dispende sobre carreira  
monetária do orçamento municipal. Gendreau que outra obrigação deveria ser da  
cidade, nos mesmo moldes, mas solicitando uma correção para apenas quatro me-  
ses e que resultaria em aumento no montante de um trilhão e meio de cruzei-  
ros, sendo descontadas as despesas aproximadamente. Quanto as demissões de  
funcionários, solicitou o presidente a nomeação de uma Comissão Parlamentar  
para investigar caso a caso dos demitidos, evitando assim que os Vereadores  
fossem assediados por omissão diante do lamento e do choro de crianças famin-  
tas. Entendia, disse o orador, que os "fantasmas" deviam ser pulverizados  
porém não entendia que o trabalhador contratado ou não pudesse ser sumaria-  
mente demitido no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vere-  
ador Dilza Leitura da Silva do PTB, frisando no inicio de sua fala, que falta-  
vam mil, quatrocentos e vinte e um dias para que a população de Cabo Frio vol-  
tasse a sorrir. Prosequindo, disse ter ficado satisfeito ao ouvir da Presidência  
móviles quanto ao esforço do atleta em reabilitar a transmissão dos trabalhos  
da Casa pelo Rádio Cabo Frio por motivos sobejamente relevantes. Em prossequi-  
mento, disse ter tomado conhecimento de reuniões promovidas pelo Senhor Prefeito, na  
tentativa de fazer calar a voz de alguns Vereadores e radialistas de Cabo Frio AM,  
aludindo o orador, que a população de Cabo Frio não aceitaria mais um ato de  
arbitrariedade e autoritarismo, próprios do Sadam Hussein de Cabo Frio, tentando  
por todos e modos essurar as minorias. Disse que uma série de exigências pro-  
porcionadas da Prefeitura de Cabo Frio, estava sendo massacradas pelo Prefeito, humi-  
lhadas pelo Sadam Hussein, pelo que protestava com veemência. Disse que na  
plateia estavam pessoas vítimas do trator do Prefeito e que buscavam na Primeira  
mão o socorro, quando as lés eram resgatas pelo Prefeito, não respetando as Consti-  
tuções que regem a Nación, Estados e municípios. Ao demitir e perseguir pro-  
fissionais, ao reduzir salários o Prefeito retrahia também a dignidade de sentença  
de pessoas, homens e mulheres subjugados pela força do Executivo municipal.  
Disse que também a Câmara era atingida, pelo desrespeito ao Poder Político do  
município e assim solicitava a Casa a reagir pela palavra e pela ação em defesa  
dos oprimidos que clamavam por justiça. Prosequindo, disse que na semana anterior  
o presidente da Câmara havia recusado o fim que integrovam a giunta de Conselho

e julgamento da Justiça do Trabalho em Cabo Frio, e que na oportunidade o Dr. Miller, dissera textualmente ao Presidente Sbarba do Partido Ubrista, que "se em alguns poucos dias o Sadam Hussein não resolver o problema dos servidores da Prefeitura que se encontravam a disposição da Junta viria obrigado a desarticular a instituição. Ainda sobre o assunto disse o Vereador do PTB que a conquista do trabalho das mulheres e crianças, assim o risco de sucumbir por ter o Prefeito eliminado todos os funcionários que prestavam serviços na Junta de Conciliação, o que era um absurdo, e que até mesmo os funcionários concursados haviam tido os contracheques queimados. Disse o orador não entender a atuação do Executivo Municipal, jogando por terra anos de luta dos advogados e trabalhadores cabofrienses. Perguntando, disse que os críticos dos requerentes do atual Prefeito quanto a pessoas estranhas ao Município viverem na administração Municipal, tenham agora como estatário a escolha de um advogado de outro Município para atuar no Juízo da Câmara Municipal, dando assim um atestado de incompetência aos advogados militantes em Cabo Frio. Voltou a reiterar afirmações suas em último momento que não via no Prefeito autoridade moral para Governar Cabo Frio, principalmente para adotar medidas, entre outras, firmes, que denominava de "moralizadoras", de matando milhares de funcionários, levando famílias ao desespero e a fome, sob alegação de que a Prefeitura estava cheia de "fantasmas" e "marajás". Perguntando, disse poder provar que o Senhor José Bonifácio Ferrero Novellino fora o maior "marajá" do histórico de Cabo Frio durante quatro anos, e exibiu documento com assinatura do Engenheiro Leonel Brigola, colocando de Alfeu o Senhor José Bonifácio a disposição da Câmara dos Deputados em Brasília, no Gabinete do Deputado José Otávio onde permanecera por quatro anos recebendo popucos salários dos cofres Públicos Estaduais sem prestar qualquer tipo de serviço à Nação ou ao Município. Escreveu também documento à Comissão de Inquirição da CERS, constatando a Comissão abre aspas - "que o Sr. Gerente Regional das águas, encontra-se a disposição da Câmara dos Deputados Federais, sem prejuízo de vencimentos e vantagens do cargo que ocupa na CERS - Assessor Administrativo (sic) prestar serviços aquela Casa de Congresso, no Gabinete do Deputado José Otávio (sic). Constatou ainda esta Comissão que a disponibilidade foi alcançada pelo Governador Leonel Brigola".

Requer o Vereador Djalma Pereira da Silva A. 222 que em outro parágrafo da Comissão de Inquirição da CERS, estava registrado: "Estive na esta Comissão de Inquiri-

to que o emprego posto a disposição da Câmara dos Deputados permanecesse na realidade na Cidade de Cabo Frio estabelecido comercialmente na abundância de bares e lanchonete". (sic). Aduziu o orador que o documento não era uma brevedade e passou a ler outro trecho do relatório da Comissão de Inquirição da CERS, quando ao funcionário José Bonifácio Ferrero Louzino: "Esta situação além de altamente constrangedora, criou um clima de mal estar entre os empregados lotados no D.O. de Cabo Frio, e no âmbito geral da CERS, que sabem que esta disponibilidade não impede o empregado de pagar juízo a todos os direitos e vantagens como se em serviço estivesse". (sic). Concluiu afirmando que em próxima reunião gostaria de comentar o assunto e ainda sobre o desejo de silêncio e quatro transformadores da CERS. A seguir ocupou a Tribuna o Sr. vereador Eduardo Pinheiro Neto, do P.R., manifestando de imediato o seu sentimento de aprovação pelo que estava acontecendo no Município no âmbito dos funcionários da Prefeitura, principalmente. Considerou desumano e perseguidora a maneira como tais servidores estavam sendo tratados pelo Executivo Municipal, o que era tratado em diversos assuntos, salvo honrosas exceções. Comentando discurso do Vereador Gilso Rodrigues Neto, disse que com o avanço da Comissão Municipal do Orçamento o Prefeito desejava na realidade anular o Poder Legislativo, apelando para que tal Projeto não fosse aprovado. Fizeram críticas pela forma como estavam sendo tratados os servidores, principalmente os mais idosos, tratados sem o menor respeito, e que nem mesmo os aumentos estavam sendo pagos normalmente sendo comuns as reclamações de servidores, que não mais sabiam a quem recorrer, e assim, era necessário que o Caso se pronunciasse, dando ênfase a seguir ao Artigo 81, dispondo sobre pagamento até o quinto dia útil para os servidores municipais, regulado na Lei Orgânica do Município. Dirigindo-se a Sr. Presidente, disse que a Câmara deveria intervir com urgência quanto à situação do funcionalismo e as arbitrariedades cometidas, e que o Prefeito se comprometera para prestar esclarecimentos. Falou de seu orgulho em ver mais um Paro buscando um político em defesa dos menos favorecidos, visando primordialmente o que fosse melhor para Cabo Frio. Concluiu sua fala, afirmando que suas críticas continuariam e que não hesitaria em só momento em usar seu mandato em defesa de um analista da classe mais humilde, embora as pressões que estava sofrendo. Depois de seguir o Senhor Presidente o Sr. Pinheiro Neto disse que se colocava a disposição de qualquer funcionário que se sentisse prejudicado



eado pela Administração Municipal, na medida em que tinha assumido de tudo um compromisso com a justiça, ao seja um dever que cumpriria até o final do seu mandato. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Dirce Bezerra de Albuquerque, parabenizando inicialmente o pronunciamento do Senador Alfredo Luiz da Rocha Barros naquela reunião, pela postura política do discurso e o respeito que tinha pela liberdade política do PT. Falou a seguir do discurso do Vereador Antonio Carlos Pereira da Cunha, em sua opinião, uma reprise dos discursos do ex Senador Felix da Costa Gomes também oriundo de Armação dos Búzios, não cabendo assim mais nenhum comentário. Adiante, disse que diante do espantoso quadro da Administração Municipal estava claro que o Prefeito José Bonifácio iniciara em 1990 ao prender uma organização Administrativa logo após sua eleição, pois até a posse haviam decorrido quase noventa dias, e assim, o que se via era uma Prefeitura caótica, sem nenhum plano emergencial de Governo e que tinha consequências das piores em todos os setores. Prossequindo, disse que Cabo Frio era um Município complexo, deu como exemplo da desorganização, o Serviço de Assistência Social que até aquela data não funcionava e, era grave o quadro social em Cabo Frio. Falou também dos Postos de Saúde, completamente desequipados e que na verdade significava falta de responsabilidade de um homem que eleito havia ainda de noventa dias para se organizar. Disse que não esbravejava pelo prazer de encontrar erros, mas na medida em que a campanha se encerrava e com o anúncio dos eleitos, todos passavam com seus mandatos a exercerem a Administração do Município, mas não podia se estar quando via o sistema de Saúde do Município completamente desenhado, deixando inúmeras pessoas sem socorro. Falou também da função de Senador, como alento mais imediato da população mais carente, pela assistência que prestava, e quando se criticava os salários do Primário, deviam também procurar saber quanto o Senador gastava. Adiante, falou que não estava falando de uma pessoa sem experiência, mas, de um cidadão que já exercera a Prefeitura e sabia o que era necessário para a Administração funcionar e assim, era mais sua decepção. Falou em relato de um Vereador que se viu numa situação em Cabo Frio e ao procurar o Posto de Saúde do Município, havia que comprar todo o material para o menor ser atendido. Quanto ao Secretário Municipal de Saúde, disse que o mesmo estava isento de culpa, porque considerava o Dr. José Luiz Dutra um homem inteligente, capaz e com vontade de atuar, embora não tinha uma facção forte do PDT, contudo e não indicava para o setor. Falou

que o PSP que estava ao lado do Prefeito foi Bonifácio, tinha que ser prestado também, da mesma forma o PT, e assim achava normal a escolha do Sr. do Sr. José Luiz Dutra. Adiante, disse que se a situação da saúde no município era precária, que se mudasse o titular, mas na realidade para que pudesse realizar um bom trabalho era preciso que tivesse autonomia, dinheiro, o que parecia não estava acontecendo. Falou a seguir da situação de alguns funcionários que estavam sendo privados de cargos, pelo fato de não terem votado no Prefeito, sofrendo tais funcionários a dor da humilhação o que não podia aceitar e republicava com o seu mais veemente protesto. Finalizando dirigiu apelo à Bancada do Governo, no sentido de que fizessem com o Prefeito governasse sem ódio, que não prejudicasse os funcionários apenas por que não votou nele, que não humilhasse, pois era um gesto anti-Polícia. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Wilson da Silva Siqueira, comentando que o Município de Cabo Frio nunca diz anos de próxima Administração das repartições Públicas, e mesmo não querendo voltar ao passado o comentário era necessário quando de Tribuna alcançavam o Prefeito José Bonifácio de Sadam Hussein, o que além de desnecessário, vânico, não fazia justiça. Prosseguiu dizendo que o que se ouvia naquela reunião, em relação ao atual Prefeito, eram apenas lamentações de políticos vaidosos de outra forma política de Governar, e agora queria a honraria de ir o zelo para com o município. Quanto aos documentos exibidos, com referência à Comissão de Inquirição da CERS, disse que não previa conversar com o acusado, no caso o Prefeito, pois não podia imaginar que um Vereador tornasse Público como filha Administrativa em órgão Público. Lembrou que no dia 24 de Abril, lembrou que denunciara a CERS Siqueira por práticas condenáveis, fazendo com que o Tribunal de Contas aceitasse a denúncia. Disse que não cumpria ao Vereador pegar um filho Administrativo em um órgão competente, não acatando discursos vazios. Continuando, disse que realmente o "trator" estava passando, mas, em um ano de angústia acumuladas por dez anos, um verdadeiro lixo e que precisava ser removido. Falou a seguir de uma série de perseguições cometidas no Governo Sr. Soldado, quando no início de sua gestão fazia publicar listas enormes de funcionários demitidos, lembrando que ali o Senhor Plínio Alves, um homem de respeito na sociedade local, era tratado como "fantasma". Falou também dos escândalos do Governo Sr. Siqueira, mencionando a aprovação das "salvo-meinças", porém, apesar de no primeiro governo de José Bonifácio jamais ocorreu desvio de dinheiro como

os doze milhões do GSI no Governo São Soldanho, da mesma forma como o funcionário havia sido respeitado, lembrou que no Governo São Soldanho, ali acampamento os funcionários haviam montado protestando contra os baixíssimos salários. Quanto ao Advogado da Prefeitura, oriundo do município do Rio de Janeiro, era funcionário do Governo do Estado a disposição de Cabo Frio e, que o Dr. Fernando era proprietário de um imóvel no São, e assim uma pessoa plenamente identificada com a terra Cabofriense e assim, investiu a alusão "liquidação estranheira" no Governo São Bonifácio. Prosseguiu, disse que com apenas cinco dias de Governo, as críticas contundentes em no mínimo maldosas além de prematuras, mas o Prefeito já começou a trabalhar e povo já iria comprar que máquinas e equipamentos já estavam no pátio da Prefeitura, observando que há dez anos o município não investiu em equipamentos pois os Administradores preferiam negócios com empreiteiras na busca de comércio. Adiante, disse que ainda iria revelar os nomes daquelas pessoas que recebiam altos salários no Governo São Soldanho e que agora reclamavam, exigindo apenas um acordo com o Governo e colocar na Prefeitura pessoas de interesses próprios, no que incerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos, e, saudando o que considerou ilustre assistência, observou que indubitavelmente fora denominada de platéia, entendendo ter sido aância de alguns Vereadores em dar um espetáculo do que se posicionariam politicamente. Prosseguiu, disse que eles eram esmiúdos no início de qualquer Administração, o que ocorre agora com o Governo São Bonifácio mas que seriam corrigidos. Quanto aos salários do funcionalismo, disse que pensar que os ganhos seriam de imediato, considerou má fé de quem faz tais declarações, porque era impossível com apenas um mês de Governo, mas que a médio prazo o Governo praticaria uma política salarial ao menos mais digna, apontando para ganhar reais. Disse se insistia pensar que a Prefeitura de Cabo Frio seria um "oásis" salarial no Brasil, pois o município estava na conjuntura econômica Nacional em que as atividades tendiam a baixar monetariamente e não acompanhavam a inflação. Disse não concordar com o fato do funcionário trabalhar e não receber, mas aqueles humílios Vereadores que assistiam no mínimo quatro anos funcionários sendo massacrados, omissos, agia se revelando como defensores da classe, e que no passado tais Vereadores jamais haviam participado de uma Assembléia Classista. Concluiu que tais Vereadores não tinham moral suficiente para se colocarem como defensores do funcionalismo. Disse que alguma atenta-

mente o discurso do Vereador Alfredo Buitto, principalmente quando enfocara a questão dos "Fretais" e que haviam recebido como Auxiliar Administrativo convidando ao Vereador do PT, para uma reunião no dia seguinte, com o Procurador Municipal na busca de uma solução. Disse não gostar de comentar Governos anteriores, mas, ante as acusações lançadas contra o atual Governo lembrou que ao início do Governo São Goldanha, cerca de mil e duzentos funcionários haviam sido demitidos e que inclusive o Chefe de Gabinete estava na Pasa esclarecendo as demissões, quando o Vereador Aires Bessa de Figueiredo defendia os demitidos e, chegou-se a conclusão que outros tantos funcionários haviam sido admitidos pelo Prefeito São Goldanha. Indagou o que os atuais assessores do Prefeito José Bonifácio haviam feito em defesa dos demitidos, e a maldade estava no fato de inúmeros contratos de trabalho terem sido firmados anterior e findando fatalmente em 31 de dezembro de 1992. Adiante disse que se os contratos eram legais, alguém tinha que pagar e não seria o funcionário e desejava que o auditoria apurasse o fato. Com relação a Saúde abordada pelo Vereador Alfredo Buitto, disse que concordava plenamente, quando a economia salarial havia sido uma conquista e que não abria mão e continuava lutando junto aos companheiros. Com relação a Reforma Administrativa e os comentários de que o Orçamento da Prefeitura não observaria, ponderou exemplificando com o Secretário Municipal de Saúde que antes contemplava quase sem cargo, de Chefe e pelo ressarcimento do Prefeito reduziu a quatorze e assim, apesar da criação de novas Secretarias a matéria em apreciação na Câmara enxugou a máquina Administrativa do Município e consequentemente a economia na folha de pagamento. Quanto a Comissão Monetária do Orçamento, disse ter consultado o IBAM que opinou pela legalidade do Projeto de Lei. Adiante, disse que sempre lutava na Câmara, quando o Prefeito São Goldanha mandava suplementações, e aduziu para os Orçamentos sub-dimensionados, pois era através dos pedidos de Suplementação que ocorrem as grandes negociações na Câmara e que Prefeito denominava de o "resgate dos urrogninhos", pois se consideravam serem de determinados Vereadores, e, protestando contra o que chamamos de "falros marginalistas", o Vereador do PSB, encimou na fala. Como ultimo orador inscrito, cumpriu a tribuna o Vereador Waldemar Maurício de Aquino Neto do PT do B, abordando inicialmente a estrutura pessoal de algumas Secretarias no Governo anterior, exemplificando o caso, recente e nove cargos de Chefe na Secretaria Municipal

epal de Saúde, oitenta e cinco cargos de Picho na Secretaria Municipal de Educação, sessenta e cinco assessores em seu Gabinete, estranhando que a oposição omitisse tais números, ao se, duzentos e quarenta e nove cargos de Picho em apenas três setores, uma conta muito fácil de se fazer, aduziu. Prossigindo, disse que a Reforma Administrativa proposta pelo Prefeito era escusa e de relevante interesse Público, enfatizando, que na condição de funcionário Público do Município, também estava na Câmara para edicar o seu mandato em defesa dos companheiros, para que restituído ao servidor a dignidade e o respeito. Falou do que considerava a comunidade comunitária instalada no Município de Cabo Frio pelo Prefeito anterior e que tantos prejuízos causara beneficiando apenas a uma lista de amigos do Prefeito e detrimento de causas mais nobres, principalmente do funcionalismo. Lembrou a época em que o funcionalismo acampara em frente a Câmara, comentou sobre o "sopão" que era distribuído aos estagiados professores, uma noção que nem deveria sumir, lembrada de tanta tristeza que causava. Disse adiante, duvidar que alguém pudesse esquecer daquelas dias dramáticas vividas pelo funcionalismo, afirmando que a maioria dos membros da Câmara iria lutar com dedicação pelo engrandecimento do Município e de sua gente, e que o trator não passava por cima de toda a vergonha acumulada pelos últimos Governantes que o funcionário da Prefeitura iria ser educado sobre o mais alto pedestal de dignidade e valor. Adiante, començou o orador que iria eleito Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente o ilustre orador Ivan Luiz de Araújo, que agora teria a nobre e árdua missão de proteger os menores abandonados do Município e projetando um futuro mais justo para todos. Ainda sobre o Conselho, falou que o Legislativo além do Presidente já eleito estava representado pelos ilustres Vereadores Alfredo Luiz da Rocha Barreto, e o orador Waldir Maurício de Aguiar Neto, com relação aos funcionários e referindo-se aos Vereadores Alfredo Luiz da Rocha Barreto e Carlos Roberto Soares dos Santos, disse que estava solidário com os que haviam sido injustiçados, e prestaria todo a qualquer tipo de colaboração para uma solução de justiça e de Direito, na que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente mandou a primeira reunião para quinta-feira e encerrou o presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lousasse a presente Ata, que depois dele

da, submetida a apreciação plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Reunião Extraordinária  
da Câmara Municipal de Cabala  
realizada no dia 11 de fevereiro  
de mil novecentos e noventa  
, três (1993).

Às dez horas e meia do dia 11 de fevereiro de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Otávio da Rocha Mendes e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Waldemar de Aquino Neto, reuniram-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabala. Após a leitura, responderam à chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva da Rocha, Adalton Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Duarte, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Dicle Pereira da Silva, Eduardo Leão Neto, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Pinheiro, Milton Roberto Pinheiro de Sousa, Orlando da Silva Pereira, e Silva Estelino Pinto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cabala, realizada no dia 09 de fevereiro de 1993. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente parou a Sessão aos Vereadores inscritos em livro próprio. Como primeiro orador, ocupou a Tribuna o Vereador Luiz Carlos da Silva, observando inicialmente que restavam quatrocentos e cinquenta dias para que a população de Cabala voltasse a votar. Prosseguindo e abordando a situação anterior falou sobre o discurso do representante do 3º Distrito, quando disse que após aos Vereadores no sentido de que a harmonia pudesse ser alcançada na Casa, o que ocorreu integralmente. Disse entender que a Câmara representava o espaço que a sociedade tinha para alívio dos seus Vereadores, encontrarem soluções para as dificuldades não tendo o direito a agressões mútuas. Falou da situação lançada da Câmara, mas falando que este Vereador estava aborrecido por que parentes empregados, no Município haviam sido demitidos ou estavam em